

RECURSO ESPECIAL Nº 1.709.117 - PR (2015/0035548-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **SAO VENANCIO ADMINISTRACAO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - ME**
ADVOGADOS : **ADRIANA D'ÁVILA OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR028200**
GEORGIA BORDIN JACOB GRACIANO - PR028251
MILENA MAZZAROTTO TOSATTO - PR063559
RECORRIDO : **ARIELSON VIDAL MONTEIRO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **SÃO VENÂNCIO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.** com fundamento nas alíneas *a* e *c*, inciso III, artigo 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 134, e-STJ):

AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE NEGA LIMINARMENTE SEGUIMENTO A RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - ENTENDIMENTO DOMINANTE (NÃO NECESSARIAMENTE UNÂNIME) ADOTADO QUE É O CONSOLIDADO NESTA CORTE DE JUSTIÇA - APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DECISÃO CORRETA - RECURSO NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração (fls. 144/147, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 150/155, e-STJ).

Nas razões do recurso especial a recorrente, primeiramente, apontou negativa de prestação jurisdicional, violação ao artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973, sob o fundamento de que mesmo com a oposição dos embargos de declaração as omissões teriam persistido. Referiu que houve ofensa ao artigo 557 do Código de Processo civil de 1973, porquanto no seu entendimento, não se verifica a ocorrência de qualquer das situações previstas no referido dispositivo legal que justifique a negativa de seguimento do recurso. Alegou ofensa aos artigos 273 e 927 do Código de Processo Civil de 1973, referindo que há risco de lesão grave e difícil reparação pela não concessão do pedido de antecipação da tutela. Sustentou a verossimilhança de suas alegações. Argumentou que houve violação aos artigos 397, 474 e 475 do Código Civil, destacando que o mero inadimplemento constitui o devedor em mora. Aduziu que ocorreu afronta ao artigo 1.210, §§ 1º e 2º do Código Civil, sob o argumento de que a mora foi operada pelo inadimplemento e que o não cumprimento da notificação caracterizaria esbulho possessório, o que autoriza a reintegração de posse. Suscitou dissídio jurisprudencial.

Sem contrarrazões.

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 211/213, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo, sob o fundamento da incidência das Súmulas 735/STF e 7/STJ.

Daí o agravo (fls. 216/228, e-STJ), que busca destrancar o processamento

daquela insurgência.

Em decisão de fls. 236/237, este signatário negou provimento ao reclamo pela incidência da Súmula 281/STF.

Foram opostos embargos de declaração (fls. 240/241, e-STJ), que foram rejeitados (fls. 247/248, e-STJ).

Opostos novos embargos de declaração, esses foram acolhidos e os autos foram reautuados como recurso especial (fls. 281/282, e-STJ)

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A irresignação não merece prosperar.

1. No tocante à apontada violação ao artigo 535, inciso II, do Código de Processo civil de 1973, deve ser ressaltado que no recurso especial há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido. Ante a deficiente fundamentação do recurso neste ponto, incide a Súmula 284 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

2. Com relação à aventada violação ao art. 557 do CPC/73, esta Egrégia Corte entende que, nos casos de recurso manifestamente improcedente ou contrário à jurisprudência dominante do tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, é possível a decisão monocrática denegatória de seguimento proferida pelo Relator, sendo desnecessário submeter o feito à apreciação do órgão plural, mormente porque resta facultada ao prejudicado a via do agravo regimental para o colegiado, permitindo a apreciação de todas as questões suscitadas no recurso de apelação e suprindo, assim, eventual violação do artigo 557 do Código de Processo Civil.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. REVISÃO CONTRATUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1.

Esta Corte entende que, nos casos de recurso manifestamente improcedente ou contrário à jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior, é possível a decisão monocrática denegatória de seguimento proferida pelo relator. É certo, no entanto, que a interposição de agravo regimental permite a apreciação pelo colegiado de todas as questões suscitadas no apelo, suprindo eventual violação ao art. 557 do CPC/73. Precedentes.

2. No presente caso, rever a conclusão do Tribunal de origem, que entendeu que as provas dos autos se mostram suficientes à formação do julgamento da lide, sendo suficiente o laudo pericial apresentado, não é possível, uma vez que seria necessário o reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado no recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. O Tribunal de origem entendeu, após análise do acervo probatório dos autos, que não há abuso na cobrança, e que a perícia técnica concluiu que o valor cobrado encontra-se dentro dos parâmetros da razoabilidade e da média do mercado. Alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, e reinterpretação de cláusula contratual, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1327193/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 09/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. PRESCRIÇÃO. APELO NOBRE FUNDADO NO DISSÍDIO INTERPRETATIVO. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. NULIDADE DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO. NÃO CONFIGURADA.

DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. É possível ao credor ajuizar ação monitória com fundamento em título de crédito ainda não prescrito, e essa possibilidade está autorizada, como é natural, desde o vencimento do título.

3. Nos termos do art. 557, caput, do CPC/73 o relator negará seguimento ao recurso em confronto com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, ainda que inexistir súmula relacionada ao tema recorrido. Da mesma forma, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a competência do Relator para julgar, singularmente, o mérito do recurso especial ou mesmo o agravo em recurso especial decorre do disposto no art. 544, § 4º, do CPC/73, c/c arts. 34, VII, e 253, I e II, do RISTJ, que permite ao Relator conhecer do agravo para, desde logo, negar seguimento ao recurso em confronto com a jurisprudência dominante no Tribunal, como ocorreu na espécie, em que o apelo nobre foi inadmitido pelo óbice da Súmula nº 83 do STJ.

4. De qualquer sorte, ficou consolidado, no STJ, o entendimento de que eventual nulidade da decisão monocrática, proferida pelo relator, fica superada, com a reapreciação do recurso, pelo Órgão colegiado.

5. Mantém-se a decisão proferida, por não haver motivos para a sua alteração.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 635.126/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016)

No caso em tela, a Corte estadual asseverou que a pretensão agravante estava em confronto com a jurisprudência dominante naquele Tribunal e no Superior Tribunal de

Justiça, porquanto “antes da declaração de rescisão/resolução do contrato, não se concede antecipação de tutela, de reintegração de posse, ainda que exista, no contrato entabulado entre as partes, cláusula expressa de rescisão por inadimplemento, bem como, tenha o comprador sido devidamente constituído em mora”.

Na ocasião, aquele Tribunal trouxe aos autos, acórdãos no intuito de justificar o não seguimento do recurso.

Dessa forma, tratando-se de decisão monocrática que se amparou em jurisprudência pertinente do STF ou do STJ, não existe ofensa ao artigo 557 do Código de Processo Civil de 1973.

Incide, portanto, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ.

3. Não se conhece da alegada contrariedade aos artigos 273 e 927 do Código de Processo Civil de 1973, 397, 474, 475 e 1.210, §§ 1º e 2º do Código Civil, por não terem sido objeto de debate pela Corte de origem.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, *"Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal."* (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

Ademais, ainda que a recorrente tenha alegado negativa de prestação jurisdicional, o fez de forma genérica, de modo que restou aplicada a Súmula 284/STF.

Assim, ausente o prequestionamento acerca da tese, aplica-se o óbice contido na Súmula 282/STF, em ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF. RECURSO PROVIDO.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração da similitude fática entre os acórdãos confrontados.

3. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e negar provimento ao agravo nos próprios autos.

(AgInt no AREsp 1519787/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 07/11/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. 1.

CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. 2. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OU TESE. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Cabe à parte agravante, nas razões do agravo interno, trazer argumentos suficientes para contestar a decisão agravada. A ausência de fundamentos válidos para impugnar a decisão proferida no agravo em recurso especial sobre a correção monetária atrai a aplicação do disposto no art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, mostrando-se inadmissível, assim, o inconformismo no ponto.

2. Inadmissível o recurso especial referente à questão que não foi apreciada pelo Tribunal a quo, pela ausência de prequestionamento.

Incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

3. A partir da interpretação das disposições contratuais, bem como da análise das circunstâncias fáticas da causa, pontuou a Corte estadual ser devida a indenização securitária, não podendo tal conclusão ser revista nesta via excepcional, em face da incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1311581/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 05/11/2019)

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nega-se provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator